

Caminhos de negros: vida, trabalho e desenvolvimento urbano no pós-abolição (Nova Iguaçu, 1880-1980)

Álvaro Pereira do Nascimento

Introdução

As questões norteadoras dessa pesquisa são a migração e a condição sócio-econômica de ex-escravos e seus descendentes nas cidades de Nova Iguaçu e Mesquita. Analisarei o deslocamento para estas cidades, as possibilidades de emprego, os conflitos de terra, as chances de formação educacional e profissional, as áreas ocupadas e os costumes e valores dessas pessoas, no período pós-abolição.

A contração econômica do Vale do Paraíba, em fins do século XIX, levou produtores a desenvolverem outras atividades, diminuindo o número de empregos e forçando ex-escravos e seus descendentes a migrarem em diferentes momentos para outras regiões, como foi o caso da Baixada Fluminense na primeira metade do XX.

A região já possuía atividades econômicas que supriam a cidade do Rio de Janeiro e uma parte do comércio nacional e internacional de açúcar e aguardente, desde o século XVII. Escravos eram empregados nos trabalhos domésticos, na plantação e transporte dessa produção.

As experiências dessas pessoas, tanto as que chegaram pela migração quanto as originárias da região, poderão ser levantadas através de variados tipos e quantidade de fontes. A História Oral, a documentação cartorial, os projetos de órgãos governamentais e jornais de grande imprensa (como é o caso do *Correio da Lavoura*, com 93 ininterruptos anos de vida) ajudarão a descrever esse processo.

Esse projeto é fruto de um anterior, voltado para a extensão universitária, que, em sua trajetória original, alcançou um campo de pesquisa freqüente em minha produção acadêmica: os diversos caminhos seguidos por egressos do cativeiro e seus descendentes no pós-abolição, estivessem eles no mar, nas rodas de Jongô e, agora, nos antigos laranjais de Nova Iguaçu.

Escravidão, quilombos e o pós-abolição na vila de Iguaçu.

Nova Iguaçu hoje é bem menor do que em 1833, quando da fundação da vila de Iguaçu, que unificou as freguesias de Santo Antonio de Jacutinga, Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, São João de Meriti, Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu e Nossa Senhora do Inhomirim (estas duas últimas foram retiradas posteriormente dessa administração e passaram a compor a freguesia de Estrela).¹ Nova Iguaçu também é “nova” por ter a antiga vila de Iguaçu perdido o status de centro administrativo para uma pequena localidade chamada Maxambomba – essa última denominação foi trocada por Nova Iguaçu no início do século XX. Ao longo desse século, antigos bairros e vilas emanciparam-se da antiga freguesia e tomaram vida própria: Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados, Mesquita, Belford Roxo e Japeri.²

A história da cidade foi contada por memorialistas locais e poucas vezes a academia se debruçou sobre tal região. Local de passagem para o ouro de Minas Gerais e o café do Vale do Paraíba, a região iguaçuana foi sempre privilegiada pela hidrografia e navegação fluvial, que facilitava o transporte desses produtos e mais outros produzidos nessa extensa área, até a baía da Guanabara.

Um dos trabalhos recentes que nos ajuda a pensar a escravidão, a produção e os quilombos na região de Iguaçu é o trabalho de Flavio dos Santos Gomes. Em seu livro, o autor descreve uma realidade bastante ativa das plantações de arroz, farinha, feijão e milho. A vila também tinha engenhocas e engenhos que produziam extensa quantidade de açúcar e aguardente, empregando grande quantidade de escravos. Desde então, os significados de liberdade eram expressos pelos cativos. O autor revela como escravos fugidos criavam quilombos à beira dos rios e lá desenvolviam possibilidades variadas de sobrevivência.

[...] sabe-se que os quilombos em Iguaçu baseavam sua economia em uma agricultura de subsistência com grandes ‘plantações de abóbora e mangalô e ‘insignificante plantação

¹ Nielson Rosa Bezerra. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no recôncavo do rio de janeiro (1833-1888)*. Niterói: Eduff, 2008, pp. 32-33.

² Adrianno Oliveira Rodrigues. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90’s): Economia e Território em Processo*. Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR, Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, pp. 52 e 104.

de cana'. Noticiava-se, ainda, que o mocambo estava situado em local 'piscoso, e abundante em caça'. Havia, ainda, indícios de que os quilombolas assaltavam os moradores da 'vizinhança, com o fim de arrebatá-los bois e outros animais domésticos próprios para alimentação'. Há também informações de que entretinham intensas relações comerciais com os taberneiros locais.³

Os trabalhadores escravos ou quilombolas moviam a economia em Iguaçu trabalhando em ofícios "típicos de setor urbano e do mundo rural", apresentando uma forte "confluência" entre essas atividades. Eram lavradores, ferreiros, marítimos, mineiros, pescadores, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, costureiras, sapateiros, assalariados, jornaleiros e trabalhadores domésticos.⁴

Em alguns momentos, entre os séculos XVIII e XIX, a população escrava chegou a ser maior que a livre – em 1850, por exemplo, havia 12.298 pessoas livres e 13.259 escravos. Com o fim do tráfico de escravos e razões ainda pouco explicadas, esses dados se invertem na segunda metade do XIX. No relatório do presidente de província do Rio de Janeiro, em 1872, já é possível perceber que os livres somavam 15.336 pessoas em números absolutos contra 7.381 cativos. Mesmo nem tão precisos, os dados do recenseamento de 1850 revelam outra curiosidade. Pardos e pretos somavam 20.624 pessoas, 79% da população da região naquele ano, sendo que destes, 34,5% eram livres e os 65,5% restantes permaneciam na condição escrava.⁵ Esses dados demonstram uma quantidade imensa de pessoas que eram escravas ou descendentes delas na vila de Iguaçu e possivelmente manteve-se presente até o século XX.

A região foi perdendo sua dinâmica econômica ao longo do século XIX. Uma das suas principais atividades, a cana-de-açúcar, sofreu forte concorrência da produção da região de Campos. Um segundo impacto foi a inauguração da ferrovia ligando o Vale do Paraíba ao porto do Rio de Janeiro, que passou a escoar a produção sem a necessidade de todo sistema de transporte, alimentação e pousada aos viajantes existente até então. Além disso, a região apresentava índices alarmantes de doenças trazidas por

³ Flavio dos Santos Gomes. "Quilombos do rio de Janeiro no século XIX." In: _____ e João José Reis (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 274.

⁴ Nielson Rosa Bezerra. Op. Cit, p. 39.

⁵ Flavio dos Santos Gomes. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*: São Paulo: Cia. Das Letras, 2006, pp. 33 e 55.

mosquitos, já que era composta de imensas áreas alagáveis. A situação, grosso modo, foi modificada com o apoio do governo federal nas obras de drenagem de rios e no financiamento inicial da produção de laranjas, que revolucionou a região, atraindo pessoas de outras localidades do país e do mundo.

O crescimento populacional foi imenso. Em 1872 havia pouco mais de 22.000 pessoas na região, passando para aproximadamente 30.000, em 1920, e, com o impacto da laranja, chegou-se a mais de 135.000, em 1940.⁶ O salto em quase 100.000 pessoas entre 1920 e 1940 é incrível e incomparável ao crescimento ocorrido entre 1872 e 1920. Ainda não encontramos uma definição da origem dessas pessoas (crescimento vegetativo, nordeste, estrangeiros, da cidade do Rio de Janeiro?). Para o caso dos egressos da região do Vale do Paraíba, os dados ainda não são precisos. O primeiro a tentar encontrar essas informações foi Carlos Alberto Costa, que fez intensa pesquisa sobre o assunto. Em seu mestrado, levantou uma série longa de livros de registro de nascimento nos cartórios de Nova Iguaçu, que mostraram a origem dos pais ao registrarem seus filhos - esta informação revelou quantidade significativa de pessoas provenientes do Vale do Paraíba. Carlos Eduardo Costa procurou ainda seguir as histórias dessas pessoas nos livros de batismo das cidades de nascimento, até encontrar uma ligação de parentesco com escravos.⁷

Segundo sua hipótese, houve uma migração da segunda geração de libertos de algumas cidades do Vale do Paraíba para a cidade de Nova Iguaçu e seu entorno, e ali passaram de migrantes sazonais para fixos já nas décadas de 1930 a 1940. As razões econômicas que levaram a isto foram a mudança da cultura cafeeicultora para a pecuária e a plantação de eucalipto, que empregavam muito menos braços que a primeira, forçando a procura por postos de trabalho cada vez mais distantes.⁸

O trabalho de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos reforça essa hipótese. Ambas fizeram uma extensa pesquisa a partir de entrevistas de filhos e netos de ex-escravos no Vale do Paraíba. A memória que muitos guardavam das experiências escravas vividas

⁶ Adrianno Oliveira Rodrigues, op. cit, pp. 32-41.

⁷ Carlos Eduardo Coutinho da Costa. *Campesinato negro no Pós-Abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Nova Iguaçu (1888-1940)*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

⁸ Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005, p. 238.

ou das histórias contadas por seus antepassados permitiu a descrição de alguns caminhos por eles seguidos no pós-abolição. Entre outras valiosas informações, o leitor poderá compreender as diversas formas de contrato de trabalho inauguradas com o fim da escravidão, a exploração do trabalho destas pessoas e as formas encontradas para estabelecerem-se nalguma região. Os indivíduos chamados “itinerantes” eram aqueles que tiveram de se deslocar e peregrinaram em busca de uma oportunidade de trabalho, moradia e respeito - uma parte deles foi para Nova Iguaçu.⁹

As pesquisas que estamos desenvolvendo apontam para o Vale do Paraíba e para a própria vila de Iguaçu. Um dos exemplos é a história de d. AMS. Ela nasceu na localidade conhecida por Cabuçu, que era muito distante do centro de Nova Iguaçu, onde havia escolas e igreja. Bem cedo já trabalhava na embalagem junto a seu pai, que era dono de um dos diversos barracões de exportação de laranja, de terras e caminhões para transporte até a malha ferroviária. Ela nos contou que seu pai comercializava o produto e certa vez foi a Argentina vender diretamente. Como possuía terras, ele também aceitava famílias de migrantes que passavam a trabalhar como meeiros.

O pai de d. AMS também comprou propriedades e trouxe a família para o centro da cidade de Nova Iguaçu no sentido de dar melhor educação aos filhos – uma delas tornou-se funcionária de carreira do Poder Judiciário. A família passou a ter uma vida mais confortável só perdendo esse status com a decadência da atividade. Essa história ilustra a passagem de um homem negro que se estabelece num lucrativo negócio. Revela também o que até alguns anos atrás poderia ser questionado: a autonomia desse homem, de uma região tida como pouco atrativa, que produzia e comerciava em nível nacional e internacional.

Um segundo exemplo vem com d. B, que também nasceu em Cabuçu, mas nunca saiu dali. Seus pais eram filhos de casamentos de pessoas de cores diferentes, e parece ter sido uma marca na família. Seus avós paternos e maternos eram brancos, negros e até um estrangeiro. Sua proximidade com a escravidão está atrelada à história de vida de sua mãe, cujo pai era filho de escrava com senhor de engenho. Já seu pai era homem “claro”, por ser filho de espanhol com brasileira. D. B. disse ainda que seu pai migrou de “Bananal de São Paulo”, região localizada no Vale do Paraíba e limítrofe ao Rio de Janeiro, também sensível à decadência da cultura do café.

⁹ Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. Op. cit, p. 251.

Ele parece se encaixar na categoria meeiro, descrito por D. AMS. Trabalhava nas terras de um proprietário português e cuidava de uma área do “sítio”. No espaço de responsabilidade da família havia plantações de subsistência e criação de animais como galinha e porcos – o que provocava muitas doenças, como o “bicho de pé”. D. B trabalhava na limpeza dos laranjais assim como boa parte dos seus irmãos, o que parece ter sido realidade de muitas crianças nesse período. Ela ainda mora no mesmo lugar, que tem difícil acesso em dias de chuva. Possivelmente, em sua infância e juventude conheceu d. AMS, pois se lembra bem desta família.

Através desses extratos das entrevistas podem ser percebidos os indícios que nos levarão aos nossos objetivos. Eles retratam as formas encontradas para a fixação numa localidade, a ascensão social, as relações de trabalho (familiar, meias, sazonal etc.), a propriedade da terra e as relações raciais. Esses indícios serão ainda mais trabalhados junto à documentação cartorial, aos registros de batismo e aos jornais. Possivelmente, mais uma ou duas entrevistas terão de ser realizadas com essas senhoras – o mesmo se repetindo com os demais entrevistados. Só assim poderemos melhor compreender esses deslocamentos, os casamentos, as relações de trabalho, conhecer melhor as possibilidades de se tornar produtor e exportador de laranja, a religiosidade dos indivíduos, etc.

Pós-Abolição e historiografia

Sociedades pós emancipação têm sido tema de discussão recorrente nos EUA, Caribe e África. Como sabemos, a expansão do uso de mão-de-obra escrava africana para essas regiões e restante do continente americano aproximou suas histórias em termos de temas ligados à população africana e afro-descendentes. O antigo comércio de escravos no interior da África sub-saariana e desta com o Norte e o Oriente foi eclipsado pelo inigualável consumo de trabalhadores nas *plantations* do Novo Mundo. O fim desse tipo de relação de trabalho levou a mudanças econômicas e sociais significativas em cada uma das regiões que experimentaram tal processo.¹⁰

¹⁰ Paul Lovejoy. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. São Paulo: Civ. Brasileira, 2002; John Thornton. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Niterói: Campus, 2003; John Iliffe. *Africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999. Veja também o resumo de instigante debate em Paul Lovejoy. “The impact of Atlantic Slave trade on Africa: a review of the literature”. *The Journal of African History*. Cambridge University Press, v. 30, n. 3, 1989, pp. 365-394.

Estudos diversos têm mostrado similaridades e diferenças importantíssimas nas histórias dessas nações, no que tange ao tráfico de escravos, às relações de trabalho, aos encontros e dinâmicas de valores e costumes diversos, ao processo que levou a emancipação e às imposições e conflitos surgidos a partir da liberdade.¹¹ No Brasil, tais questões vem sendo abundantemente discutidas há décadas, mas ainda carece - e muito - de reflexões acerca dos caminhos seguidos pelos egressos do cativeiro entre os séculos XIX e XX.

Parece haver um consenso entre os historiadores de que a temática já esteja entre nós há muito tempo.¹² Para não irmos tão distante,¹³ é obrigatório citar os nomes de Thales de Azevedo, Luis Aguiar da Costa Pinto, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni entre outros pesquisadores da Sociologia que escreveram obras clássicas sobre a questão.¹⁴ Mas essas obras enfrentam oposições e críticas por diversos autores há pelo menos 30 anos.

Gostaria de falar sobre esse longo debate através de um caso que me aproximou definitivamente do tema. Durante a correção do vestibular da Unicamp, em 2001, eu e mais alguns colegas ficamos consternados com as respostas da seguinte questão: “Qual

¹¹ Entre tantos outros excelentes títulos, cito os seguintes. Para um apanhado geral da escravidão, veja Herbert Klein. *A escravidão africana: América Latina e caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Manolo Florentino (Org.) *Tráfico, cativeiro e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005; e Stuart Schwartz. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001. Sobre o comércio de escravos, veja <http://www.disc.wisc.edu/Slavedata/>; Manolo Florentino. *Em costas negras. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995*; Jaime Rodrigues. *O infâme comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000; Sobre o processo de emancipação, veja Thomas Holt. *The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1992, Rebeca Scott. *Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba After Slavery*. Cambridge, Londres: Harvard univ. press, 2005; Eric Foner. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988; e Frederick Cooper, Rebeca Scott e Thomas Holt. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005

¹² Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 17.

¹³ Refiro-me aqui a pelo menos dois trabalhos marcantes nas décadas de 1930 e 1940. Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Maia&Schmidt, 1933 e Frank Tannenbaum. *Slave and citizen*. [1ª Ed. 1946] Boston: Beacon Press, 1992.

¹⁴ Thales de Azevedo. *As elites de cor numa cidade brasileira*. (1ª ed. 1955) Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996; Luis de Aguiar Costa Pinto. *O negro no Rio de Janeiro*. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997; Roger Bastide e Florestan Fernandes. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Unesco/Anhembi, 1955; Florestan Fernandes. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965, 2v.; Octavio Ianni. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1966; Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1962.

a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?” Salvo raros candidatos, os demais apresentavam respostas bem próximas, em que associavam os negros aos piores adjetivos: “marginais”, “prostitutas”, “ladrão”, “assassino”, “bêbados”, “miseráveis” entre outros. Havia muito pouco de positivo na libertação dos escravos.

Os livros didáticos reproduziam (e ainda reproduzem) mal uma série de importantes contribuições da sociologia ligada à USP na década de 1960. Os trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni apareciam (e ainda aparecem) nos livros didáticos dissociados da produção historiográfica e mesmo sociológica dos últimos 30 anos.¹⁵ Produção essa que revela, entre outras, o alcance das propostas de Florestan Fernandes e seus orientandos no combate ao mito da democracia racial no Brasil. Mas que também revelam os perigos das explicações causais contidas nestes importantes trabalhos da década de 1960. Cito, entre elas, a de que havia uma “desorganização social dos negros” cuja causa fora a “herança deformadora da escravidão”, que os mutilara intelectual e moralmente, dificultando a inserção desse grupo na nova conjuntura econômica trazida pelo capitalismo (trabalho assalariado, imigrantes, crescimento das cidades).¹⁶

Diversos trabalhos mostraram que a escravidão não deformava o escravo e a escrava tal qual era imaginado. Eles e elas eram sujeitos históricos que aproveitavam todas as possibilidades existentes para melhor estarem em meio àquela sociedade. É assim que podemos hoje saber que os escravos tinham uma ampla interpretação da sociedade branca e escravista, divergente daquela dos seus senhores. Também conseguiam estabelecer famílias no interior do sistema escravista ultrapassando a visão de uma relação senhor-escravo totalmente orquestrada pelo primeiro e de extrema subserviência do segundo; a relação era um processo conflituoso, no qual o escravo frustrou por diversas vezes os interesses da parte mais forte, a do senhor.¹⁷ Que

¹⁵ Veja, por exemplo, Carlos Hasenbalg. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; e Sidney Chalhoub. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. (1.ª ed. 1986) Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

¹⁶ Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. Op. Cit, PP. 20-21.

¹⁷ Robert Slenes. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações da família escrava na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Flavio dos Santos Gomes. “História, protesto e cultura política no Brasil escravista”. In: Jorge Prata de Sousa (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998; João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil. A História do levante dos Malês em 1835*. (2ª ed.) São Paulo: Cia das

pleiteavam suas liberdade através da justiça através de ações de liberdade. Que muitos trabalhavam em atividades diversas, permitindo que vivessem sobre si, com uma vida própria e morando fora da casa do senhor.¹⁸ Mais e mais informações acerca da vida escrava podem ser encontradas através de obras recentes sobre o tema, revelando que o ângulo de visão e a metodologia empregada se tornam cruciais para descobrirmos as profundezas do que antes só era superfície.¹⁹

Entre essas obras estão os artigos de dois instigantes seminários, transformados em coletâneas posteriormente. A primeira é *A República e a Questão do Negro no Brasil*, em que diversos autores pensaram problemas ligados ao acesso à terra, à religiosidade e aos movimentos associativos em defesa do negro. Minha participação foi a crítica ao livro didático a partir das reflexões em torno das provas do vestibular da Unicamp, de 2001, e da produção acadêmica da década de 1960.²⁰ Uma outra importante coletânea é a organizada por Flávio dos Santos Gomes e Olívia Cunha, *Quase Cidadão*, que reúne artigos de antropólogos e historiadores exclusivamente sobre o tema. Significados de liberdade e igualdade perpassam os textos, no sentido de melhor compreender a própria idéia de cidadania para os libertos, em seu caráter político, associativo e jurídico. Nesta obra, publiquei um trabalho sobre os conflitos raciais na Marinha de Guerra, resultantes da revolta dos Marinheiros de 1910, utilizando as imagens (textos e charges) construídas em livros de memória e jornais de grande imprensa.²¹

Respeitadas as diferenças históricas de cada país, percebemos algumas similaridades nas Américas que nos ajudam a enxergar o pós-abolição no Brasil. Como bem afirmou Eric Foner, a emancipação

Letras, 2003.

¹⁸ Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990. Veja também o artigo de Silvia Hunold Lara. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*. São Paulo, PUC-São Paulo, n.º 16, fev/1998.

¹⁹ Um ótimo balanço da produção historiográfica relativa à escravidão pode ser encontrado em Stuart Schwartz. *Op. cit.*

²⁰ Álvaro Pereira do Nascimento. “Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?: o pós-abolição no ensino de História”. Maria Aparecida Andrade Salgueiro (org.). *A república e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

²¹ Flávio dos Santos Gomes e Olívia Cunha (orgs.). *Quase Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

introduziu questões difíceis acerca do sistema de organização econômica e das relações sociais que substituiria a escravidão. Nas Américas, em particular, [a escravidão] foi um sistema de trabalho, um modo de dominação racial e a base para o surgimento de uma classe dominante bem caracterizada. A sua derrocada, portanto, colocou em questão problemas dos mais fundamentais acerca da economia, da sociedade e da política.²²

De forma sumária, vemos que esta mudança de status e papel social levou a diversos conflitos entre ex-escravos e livres. Em boa parte, o discurso foi sendo cada vez mais racializado na imprensa, nas câmaras, nas igrejas, nas ruas.²³ Conflitos poderiam se transformar em “guerras das raças”, como ocorreu na Jamaica.²⁴ Além disso, a criação de leis que diminuam o direito ao voto dos ex-escravos torna-se prática nos EUA, na Jamaica e outros países do Caribe, provocando reações diversas.²⁵ E, por último, a pressão para que os ex-escravos se mantivessem no trabalho das *plantations*, tão necessário às antigas metrópoles em processo acelerado de produção capitalista. Era fundamental evitar que os egressos do cativeiro preferissem a economia de subsistência em pequenos lotes. Esse tipo de pressão também era disciplinadora, criando instrumentos capazes de coagir o indivíduo ao trabalho.²⁶

Esse processo está sendo cada vez mais estudado no Brasil. O que as pesquisas até agora têm mostrado é que o processo enfrenta dinâmicas diferentes dependendo da região. Fatores como a imigração européia fazem a diferença. Em São Paulo, os senhores tiveram maior poder de barganha com a chegada de número superior de braços estrangeiros ao que era realmente necessário nas fazendas de café. Os antigos escravos tiveram de exercer tarefas mais árduas (como a derrubada de florestas) para sobreviver.²⁷ Mas na Bahia a situação levou a tensões e negociações mais duras, pois os antigos senhores de engenho não conseguiram trazer imigrantes e tiveram de lidar com

²² Eric foner. Op. cit, p. 17.

²³ No caso do Rio de Janeiro, conflitos a partir de discursos cada vez mais racializados e anti-lusitanos são encontrados em jornais e processos criminais. Sobre o assunto, veja Sidney Chalhoub. *Trabalho, Lar e Botequim...* e Gladys Sabina Ribeiro. *Mata galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁴ Thomas Holt. Op. Cit, p. 263.

²⁵ Rebecca Scott. Op. Cit.

²⁶ Eric Foner. Op. cit, cap 1; Thomas Holt. Op. Cit.

²⁷ Lúcio Kovarick. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, pp. 106-108

ex-escravos. Estes não aceitavam mais a disciplina e a rotina das antigas jornadas de trabalho.²⁸

Diferentes formas de contrato entre ex-senhores e ex-escravos foram criadas nesse período. Essa experiência pode ser observada em pesquisas sobre algumas regiões do país. Parte desses acordos era firmada em cartório, ainda no tempo da escravidão, em troca da liberdade. É o caso de muitas meninas e jovens escravos que recebiam a liberdade sob a condição de trabalhar como criada ou criado por anos ou até a morte do senhor. Ou também de trabalhadores escravos que precisavam completar o valor do seu pecúlio.²⁹ Enfim, as possibilidades de contratos são imensas e variadas.³⁰

Hebe Mattos e Ana Rios investigaram a memória que descendentes de escravos do Vale do Paraíba tinham do cativo e do pós-abolição, para entenderem as condições que permitiram acordos entre senhores e ex-escravos e perseguirem os caminhos seguidos pelos que não conseguiram acordos ou não mais desejavam ali ficar (os “itinerantes”). Segundo elas, quando as negociações não ocorriam ou desavenças se davam entre as partes, a saída era o “deslocamento”.

O grupo juntava as poucas coisas que entendia como necessárias – panelas, ferramentas de metal, roupas e o que possuísse de tecido e animais a que tivessem direito, assim como mantimentos – e iniciava a caminhada, que poderia durar dias, para o novo local [que] era geralmente conseguido por algum parente, que, lá chegando, os auxiliava a, se necessário, erguer a nova casa. Com todo o grupo trabalhando, a casa, de sopapo e chão batido, podia ser erguida em um dia.³¹

Com o desenrolar dessa pesquisa em Nova Iguaçu também seremos capazes de trazer à luz a experiência desses homens e mulheres no período pós-abolição. A região iguaçuana representa espaço de chegada para ex-escravos “itinerantes” e de estabilidade para aqueles que lá moravam. Estando ao sopé do Vale do Paraíba (seja ele mineiro,

²⁸ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, pp. 213-229.

²⁹ Para o caso de Santa Catarina, veja Henrique Espada de Lima. “Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade”. *Cadernos AEL*, Campinas. Para o caso de Juiz de Fora, veja Elione Silva Guimarães. *Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume, Juiz de Fora: Funalfa, 2006. Veja também a terceira parte do livro de Manolo Florentino (Org.) *Trabalho, cativo e liberdade*.

³⁰ Veja diversas possibilidades em Amy Dru Stanley. *From bondage to contract: wage labor, marriage, and the market in the age of slave emancipation*. Cambridge, 1998.

³¹ Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. Op. Cit, p. 200.

fluminense ou paulista) e margeando a capital, Nova Iguaçu surge como espaço privilegiado para estudarmos o pós-abolição.

Bibliografia e fontes

ABREU, Maurício. *A Evolução urbana do Rio de Janeiro*. [3^a. ed.] Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. [3^a ed.] Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *D. Pedro Jornada a Minas Gerais em 1822*: Rio de Janeiro, 1973.

BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no recôncavo do rio de janeiro (1833-1888)*. Niterói: Eduff, 2008

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Queroz, 1979.

BUTLER, Kim. *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post emancipation Sao Paulo and Salvador*. New Jersey, London Rutgers, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1962.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. (1.^a ed. 1986) Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

COOPER, Frederick, SCOTT, Rebecca e HOLT, Thomas. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Campesinato negro no Pós-Abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Nova Iguaçu (1888-1940)*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

Comissão de Resgate da História. *Revista Memória*. Nova Iguaçu: Editora Gráfica UNIG, 1998.

ENNE, Ana Lucia. "Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações". In <http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm>

FILHO, Enéas Martins. "Os três caminhos para as Minas Gerais" *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Dep. Imprensa Nacional, 1963.

FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

FLORENTINO, Manolo (Org.) *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

FORTE, José Matoso Maia. *Memória da fundação de Iguaçu*. Rio de Janeiro: Tipografia Jornal do Commercio: Rio de Janeiro, 1933.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Maia&Schmidt, 1933

FREITAS FILHO, Almir Pita. "A indústria do Rio de Janeiro no início da década de 1960 e o pensamento dos industriais cariocas sobre a "Fusão" (1960-75).

GERSON, Brasil. *O ouro, o café e o rio*. Rio de Janeiro, 1970.

GOMES, Flavio dos Santos e REIS, João José (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

GOMES, Flavio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. [2ª Ed.] São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

_____. "História, protesto e cultura política no Brasil escravista". In: Jorge Prata de Sousa (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

GUIMARÃES, A. D'Araújo. *A Corte no Brasil*. Livraria Globo, 1938.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume, Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

GOULART, José Alípio. *O Mascate no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1967.

_____. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLT, Thomas. *The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1992.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1966.

KLEIN, Herbert. *A escravidão africana: América Latina e caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. "O Homem e a Serra", *IBGE-CNG*. Rio de Janeiro, 1963.

_____. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, 1945.

_____. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: I.B.G.E., 1964.

LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil". *Projeto História*. São Paulo, PUC-São Paulo, n.º 16, fev/1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

LEME, Alberto Betim Paes. "História Física da Terra", Rio de Janeiro, 1943.

LIMA, Henrique Espada de. "Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade". *Cadernos AEL*, Campinas.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias: Desenvolvimento Histórico do Município. Dados Gerais*. RJ: Editora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.

MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MEDEIROS, Arlindo de. *Memória Histórica de São João de Meriti*. Rio de Janeiro, 1958.

- MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1977.
- MORAES, Dalva Lazaroni de. *Quilombos e Tiradentes na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: CODPOE, 1991.
- _____. *Esboço Histórico de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Ed. ASGRÁFICA, 1978.
- MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro: de Cidade-Capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?: o pós-abolição no ensino de História”. Maria Aparecida Andrade Salgueiro (org.). *A república e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- NIGRA, Dom Clemente Maria da Silva. *A Antiga Fazenda de São Bento em Iguazu*. *Revista do SPHAN*, nº 7, 1943.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo, n.º 10, 1997.
- PEIXOTO, Rui Afranio. *Imagens Iguassuanas*. Rio de Janeiro, Vol. I e II, 1968.
- PEREIRA, Waldik. *Cana, Café & Laranja*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ SEEC, 1977.
- _____. *Nova Iguazu para o Curso Normal*. Rio de Janeiro, 1969.
- _____. *A mudança da Vila*. Rio de Janeiro, 1970.
- PERES, Guilherme. “Tropeiros e Viajantes na Baixada Fluminense” - *Ensaio*. Mesquita: Ed. Gráfica Shaovan, 2000.
- PINTO, Luis de Aguiar da Costa. *O negro no Rio de Janeiro*. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997
- PIZARRO E ARAÚJO, José. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: I.N.L., Imprensa Nacional, 1945.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, 1989.
- PONDÉ, F. Azevedo. “O Porto Estrela” *Revista do IHGB*, vol. 293. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.
- QUINTILIANO, Aylton. *A Guerra dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Ed. Reper, 1965.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A História do levante dos Malês em 1835*. (2ª ed.) São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIBEIRO, Paulo de Assis. *Efeitos econômicos da integração do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, s/l, 1959.
- RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005.
- RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguazu (1833 – 90’s): Economia e Território em Processo*. Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR, Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006.

- SAMPAIO, Oswaldo Bittencourt. *Deslocamento das indústrias cariocas*. Guanabara: Secretaria de Estado de Governo - Coordenação de Planos e Orçamentos, 1967.
- SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SANTOS, Noronha. "Notas Datilografadas". *Arq. do SPHAN*. São Paulo, 1939.
- SCHAETTE, Estanislao. *Inhomirim, 250 anos de paróquia*. Rio de Janeiro, 1946.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001.
- SCOTT, Rebeca. *Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba After Slavery*. Cambridge, Londres: Harvard university press, 2005.
- SILVA, J. Romão. Denominações Indígenas na Topomínia Carioca, Ed. Brasiliana.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações da família escrava na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, Marlúcia Santos de. "Os Impactos das Políticas Agrárias e de Saneamento na Baixada Fluminense". *Anais do Congresso Nacional da ANPUH*. Londrina, Anpuh, 1994.
- STANDEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974.
- STANLEY, Amy Dru. *From bondage to contract: wage labor, marriage, and the market in the age of slave emancipation*. Cambridge, 1998.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- _____. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudos sobre las crisis de la sociedad preindustrial*. (trad. espanhola) Barcelona: Editorial Crítica, 1989
- TÔRRES, Gênesis Pereira. "Esboço para uma História de São João de Meriti". Apostila, SEMCEL, RJ, 1997.
- TORRES, Rogério. "A estrela que apagou-se e o seu porto inexistente". *Revista "Recado de Cultura*. Rio de Janeiro, nº 14, 1986.
- VASCONCELLOS, Clodomiro. *História do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos, 1928.